

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# A MUDANÇA NO PERFIL DOS INGRESSANTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA (2010-2022)

Guilherme Silva Lamana Camargo, Gladys Beatriz Barreyro

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14759>

Submetido em: 2026-01-04

Postado em: 2026-01-19 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## A MUDANÇA NO PERFIL DOS INGRESSANTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA (2010-2022)

GUILHERME SILVA LAMANA CAMARGO<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8275-2657>  
<guilacam@usp.br>

GLADYS BEATRIZ BARREYRO<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2714-5811>  
<gladysb@usp.br>

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo (SP), Brasil.

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo (SP), Brasil.

**RESUMO:** A educação superior no Brasil, historicamente marcada pelo predomínio das elites, passou a incorporar, a partir dos anos 2000, políticas de ação afirmativa destinadas a promover maior equidade nas instituições públicas de educação superior, culminando com a promulgação da Lei de Cotas, em 2012. No contexto estadual, especialmente em São Paulo, as universidades públicas estaduais inicialmente resistiram à adoção de reserva de vagas e a Universidade de São Paulo (USP) somente passou a adotá-la a partir do vestibular de 2018. O presente estudo tem como objetivo analisar a mudança do perfil dos ingressantes da USP entre 2010 e 2022, com variáveis como escolaridade no ensino médio e ensino fundamental, raça/cor e renda familiar, a partir da utilização de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação. A proporção de ingressantes oriundos de escolas públicas aumentou de 26% em 2010 para 50% em 2022, enquanto a de ingressantes pretos, pardos e indígenas (PPI) passou de 12% para 26% no mesmo período. Quando analisada a renda familiar, de até 3 salários-mínimos, estes representavam 14% dos ingressantes; tendo dobrado em 2022, com 28% do todo. Embora ainda careça de estudos longitudinais para compreender todos os impactos desta política, no que tange ao acesso à USP, a reserva de vagas demonstrou-se como fator de diversidade e equidade na instituição.

**Palavras-chave:** usp, reserva de vagas, políticas afirmativas, educação superior

### THE CHANGE IN THE PROFILE OF INCOMING STUDENTS AT THE UNIVERSITY OF SÃO PAULO AFTER THE IMPLEMENTATION OF AFFIRMATIVE ACTION POLICIES (2010–2022)

**ABSTRACT:** Higher education in Brazil, historically marked by the predominance of elites, began in the 2000s to incorporate affirmative action policies aimed at promoting greater equity in public higher education institutions, culminating in the enactment of the Quotas Law in 2012. At the state level, particularly in São Paulo, public state universities initially resisted adopting quotas, and the University of São Paulo (USP) only implemented them starting with the 2018 admissions cycle. This study aims to analyze changes in the profile of incoming USP students between 2010 and 2022, considering variables such as type of secondary and primary schooling, race/color, and family income, based on data obtained through the Access to Information Law. The proportion of incoming students from public schools increased from 26% in 2010 to 50% in 2022, while the share of Black, Mulato, and Indigenous (PPI) students rose from 12% to 26% over the same period. Regarding family income, students from households earning up to three minimum wages represented 14% of incoming students in 2010, a figure that doubled to 28% by 2022. Although longitudinal studies are still needed to fully understand the broader impacts of this policy, in terms of access to USP, the quotas has proven to be a significant mechanism for enhancing diversity and equity within the institution.

**Keywords:** USP, quotas, affirmative action policies, higher education

## EL CAMBIO EN EL PERFIL DE LOS INGRESANTES DE LA UNIVERSIDAD DE SÃO PAULO TRAS LA IMPLEMENTACIÓN DE POLÍTICAS DE ACCIÓN AFIRMATIVA (2010–2022)

**RESUMEN:** La educación superior en Brasil, históricamente marcada por el predominio de las élites, comenzó en los años 2000 a incorporar políticas de acción afirmativa dirigidas a ampliar la equidad en las instituciones públicas, culminando en la promulgación de la Ley de Cuotas en 2012. En el ámbito estatal, especialmente en São Paulo, las universidades públicas inicialmente resistieron la adopción de cuotas y la Universidad de São Paulo (USP) sólo la implementó a partir del proceso selectivo de 2018. Este estudio analiza las transformaciones en el perfil de los ingresantes a la USP entre 2010 y 2022, utilizando datos obtenidos por medio de la Ley de Acceso a la Información. Se consideran variables como el tipo de escolaridad en la educación básica, la raza/color y la renta familiar. La proporción de estudiantes provenientes de escuelas públicas aumentó del 26% en 2010 al 50% en 2022. En el mismo período, la participación de ingresantes negros, pardos e indígenas (PPI) pasó del 12% al 26%. Con respecto a la renta familiar, los estudiantes de hogares con ingresos de hasta tres salarios mínimos representaban el 14% de los ingresantes en 2010, cifra que llegó al 28% en 2022. Aunque aún se requieren estudios longitudinales para evaluar plenamente los efectos de las políticas afirmativas, los resultados indican que las cuotas contribuyeron de manera decisiva a ampliar la diversidad y la equidad en el acceso a la USP.

**Palabras clave:** USP, cupos, políticas de acción afirmativa, educación superior

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as ações afirmativas emergiram como uma estratégia para promover a equidade e a inclusão no acesso às universidades públicas no Brasil. Diante de históricas disparidades sociais e educacionais, essas ações buscaram mitigar desigualdades e criar oportunidades mais justas para grupos historicamente excluídos da educação superior. Este cenário provoca discussões profundas sobre os impactos dessas medidas, seus desafios e a contínua necessidade de aprimoramento, desencadeando reflexões importantes sobre o papel das políticas públicas na promoção de uma educação superior acessível.

A educação superior no Brasil, marcada por um atraso em seu desenvolvimento (Sampaio, 1991) e pela grande abertura para o crescimento das instituições privadas em seu processo de expansão (Martins, 1988), só recentemente permitindo o acesso de pessoas historicamente excluídas das instituições, principalmente através das políticas de ação afirmativa (Senkevics, 2021b). Até a implementação destas políticas, prevaleciam instituições públicas de educação superior com predominância de estudantes oriundos das elites.

Dado este cenário apresentado até o início do século XXI, emergiram propostas de políticas de ação afirmativa, não apenas no âmbito da educação superior. Daflon et al. (2013) afirmam que estas ações buscaram mitigar desigualdades em temáticas diversas, como distribuição de terras, moradias e políticas de identidade, por exemplo. Mas, no âmbito da educação superior brasileira, os autores apresentam algumas das medidas adotadas, tais como bonificação na nota para acesso, sistemas de reserva de vagas ou acréscimo de vagas.

Para o caso da bonificação, os candidatos recebem pontos extras nas provas do vestibular da instituição, permitindo que tenham suas notas finais elevadas. Já a reserva de vagas ocorre sob a disputa por um mesmo grupo beneficiário da ação afirmativa, sendo estes grupos concorrendo entre si pelas vagas e inibindo uma possível desigualdade por condição socioeconômica, educacional ou cultural. Por fim, o acréscimo de vagas se refere à abertura de novas vagas em relação às já existentes, mas com direcionamento para o grupo foco da ação afirmativa (Daflon et al., 2013).

Dentre estes modelos, a política de maior alcance no cenário nacional ocorreu com a promulgação da Lei Federal 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, tornando a reserva de vagas uma agenda governamental. A Lei estabeleceu que 50% das vagas, das Instituições Federais de Educação Superior (Ifes), deveriam ser reservadas para estudantes que tivessem cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Previa-se que, dentre os ingressantes de escolas públicas, 50% destas vagas seriam destinadas aos ingressantes oriundos de famílias de baixa renda (1,5 salário-mínimo per capita), além de terem que ser preenchidas em proporção respectiva de pretos, pardos e indígenas da unidade da Federação em que estivesse instalada a instituição, segundo o último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, é a mais antiga referência nacional de autonomia universitária brasileira (Carlotto; Garcia, 2013). Como apresenta Cardoso (1982), a criação da Universidade de São Paulo está ligada não só a um projeto de Universidade, mas também a um projeto de sociedade, com a USP ocupando um espaço de formação das novas elites condutoras do país. Neste sentido, alguns estudos nos mostram que a USP hoje ocupa este espaço de relevância nacional, se destacando pela sua produção acadêmica e pelos bons desempenhos em rankings nacionais e internacionais (Maia, 2013) e pela quantidade de estudantes, possuindo, por exemplo, 53% das matrículas nas universidades públicas estaduais do estado de São Paulo (Brasil, 2023). A USP, apenas experimentou ampliação de vagas aliada à diversificação dos ingressantes em meados dos anos 2000.

As políticas de ação afirmativa apenas se iniciaram em 2006, mas estabelecendo a bonificação em detrimento da reserva de vagas. Pela Resolução nº 5338, de 19 de junho de 2006, a USP instituiu seu primeiro programa, o Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp). Ele tinha por objetivo conceder um bônus percentual aos estudantes segundo diferentes critérios. Os estudantes com somente o ensino médio integralmente em escola pública recebiam 12% de bônus na 1ª e nas 2ª fases, enquanto aqueles que fizeram também o ensino fundamental em escola pública recebiam 15% de bonificação. Os estudantes que se declaravam pretos, pardos ou indígenas tinham, também, um acréscimo de 5% de bônus em ambas as fases (Venturini, 2015).

Outra iniciativa da universidade foi o Programa de Avaliação Seriada (Pasusp), iniciado em 2008; era uma prova de avaliação dos conhecimentos comuns às diversas modalidades de educação do ensino médio, com o objetivo de conceder uma bonificação adicional de até 3% da nota na Fuvest, vigorando até 2011. A partir de 2012 essa bonificação era concedida com base no desempenho na própria primeira fase da Fuvest. Porém, tais iniciativas não representaram, na prática, equidade no acesso, pois em 2012, 72% dos ingressantes na USP eram de escolas privadas e somente 14% eram negros e indígenas (Mendes, 2017).

Em junho de 2015, a partir da Resolução nº 7070, a USP adotou, de forma experimental, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu)<sup>1</sup> como uma alternativa de entrada na instituição, para a seleção de ingressantes de 2016. Iniciando assim uma primeira reserva de vagas. O processo utilizava o próprio exame do Enem como nota de corte para entrada em parte das vagas, através do Sisu. As categorias de cotas presentes no sistema Sisu são as seguintes:

---

<sup>1</sup> O Sisu, instituído pelo Ministério da Educação desde 2010, consiste em um sistema nacional integrado, no qual as instituições públicas de educação superior oferecem suas vagas para os participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Assim, o sistema passou a permitir que os participantes no exame escolhessem vagas de diferentes cursos e instituições de diversas regiões do país, a partir de uma prova unificada.

*Figura 1 – Categorias de cotas no Sisu*

- **AC** são vagas disponibilizadas para ampla concorrência, ou seja, qualquer aluno que tenha feito a prova do Enem.

---

- **L1** são destinadas a candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

---

- **L2** são vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

---

- **L3** são vagas disponibilizadas para candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

---

- **L4** destinam-se a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

*Fonte: USP, 2015*

A USP definiu que cada unidade apenas poderia aderir às categorias AC, L3 e L4, excluindo aquelas que fizessem qualquer vinculação com renda. Para a divulgação deste novo mecanismo de acesso, o pró-reitor de Graduação argumentou que a não entrada do critério de renda se justificava por este perfil já estar contemplado na categoria de escola pública (USP, 2015).

Neste ingresso pelo Sisu, coube a cada unidade a opção de aderir ou não ao sistema, limitando a 30% o máximo de vagas em cada curso e turno, e a escolha de qual tipo de cota iria aderir. Mesmo com a maioria das unidades adotando este novo sistema – 32 das 42 –, foram destinadas 13,5% das vagas ao Sisu. As unidades que não aderiram foram: a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica, a Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), o Instituto de Química de São Carlos (IQSC), o Instituto de Física (IF), a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), a Faculdade de Odontologia (FO), a Escola de Comunicações e Artes (ECA), a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e o Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAU) (USP, 2015).

Uma política de reserva de vagas atingindo a todas as unidades apenas foi estabelecida em 2017, a partir da Resolução 7373 (Autor, 2023). Ela previa 50% das vagas para estudantes que haviam cursado integralmente o ensino médio em escola pública e a mesma proporção de pretos, pardos e indígenas do estado, segundo o último Censo Demográfico. Porém, esta reserva de vagas ocorreria de forma escalonada, sendo 37% em 2018; 40% em 2019; 45% em 2020; e no ingresso de 2021 e nos anos subsequentes, a reserva de vagas deveria atingir os 50% por curso e turno (USP, 2017). Além disso, a Resolução referente ao novo processo de ingresso na instituição não previa a adoção de critérios relacionados à renda familiar dos candidatos para a reserva de vagas, em contraste com o que estabelece a Lei de Cotas. Todavia, autorizava a aplicação desse critério nas categorias do Sisu, modificando o que havia sido definido na Resolução anterior, de 2015. Assim, a partir dessa normativa, a USP passa a considerar o critério de renda como uma possibilidade, e não como uma exigência universal para todos os candidatos.

A partir desta mudança na política de acesso, este estudo, produto de uma dissertação de mestrado (Autor, 2025), tem como objetivo analisar a mudança do perfil dos ingressantes da USP, a partir da adoção de políticas de ação afirmativa, a partir de uma análise quantitativa dos ingressantes na instituição no período de 2010 a 2022.

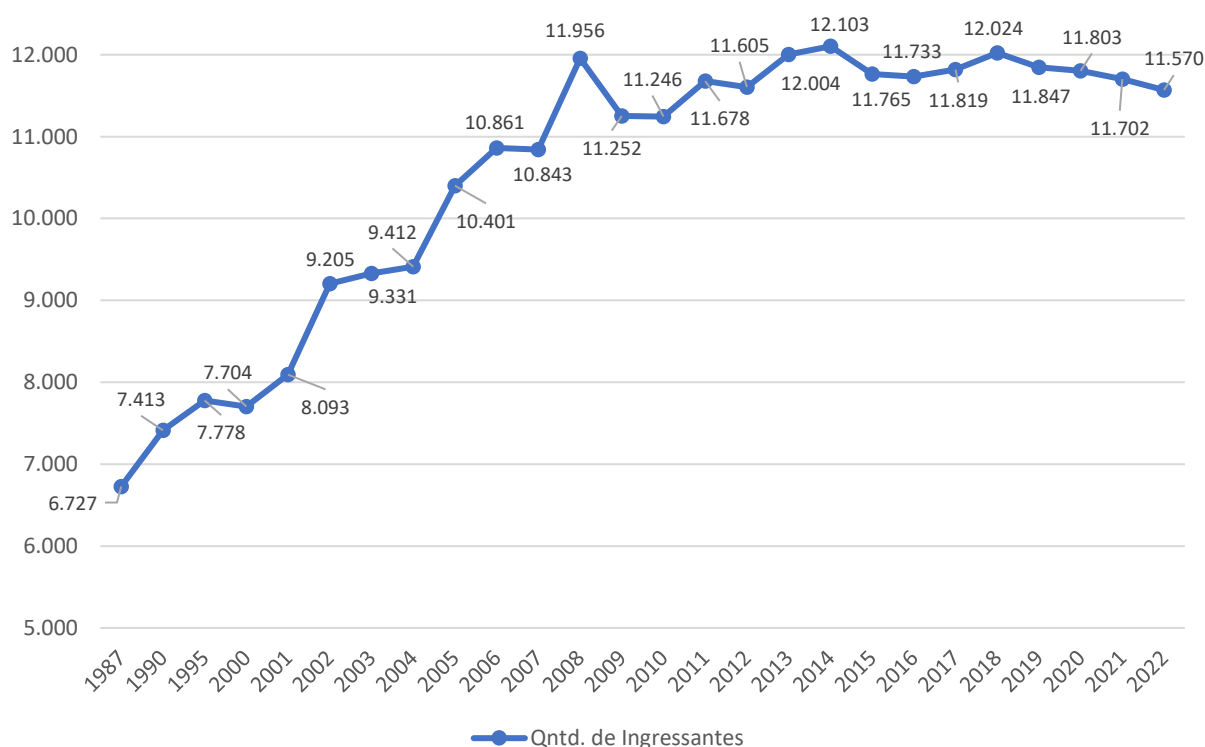
Os dados foram obtidos nos Censos da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), dos Anuários Estatísticos da USP e de dados conseguidos via Lei de Acesso à Informação junto à Universidade de São Paulo.

Embora seja possível coletar algumas informações no próprio Censo da Educação Superior ou nos Anuários Estatísticos divulgados pelas instituições, no Censo não seria possível analisar a renda familiar dos ingressantes e com as informações dos Anuários não seria possível um cruzamento de variáveis, já que são divulgadas informações consolidadas e não as bases. Assim também se utilizou de pedidos de Acesso à Informação à USP para compreensão do processo de implementação das ações afirmativas de forma mais aprofundada, com dados da quantidade de ingressantes por categoria de curso, ano, dependência administrativa da unidade escolar no ensino fundamental, dependência administrativa da unidade escolar no ensino médio, raça/cor e renda familiar, que foram fornecidos pela instituição.

## PERFIL DOS INGRESSANTES NA USP, DE 2010 A 2022

Nos últimos 30 anos, a Universidade de São Paulo teve um aumento dos ingressantes, passando por diferentes tipos de acesso à instituição. Abaixo, o gráfico 1 contempla a quantidade de ingressantes na universidade, de 1987 a 2022<sup>2</sup>:

Gráfico 1 - Quantidade de ingressantes na USP, de 1987 a 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação à USP e Anuários Estatísticos da USP

De 1987, até 2022, os ingressantes na Universidade de São Paulo praticamente dobraram, com um aumento de 72% em 35 anos, chegando a 11.570 ingressantes em 2022. Também é possível notar que os anos de 2002 e 2005 foram os anos com o maior aumento da quantidade de ingressantes, com 14% e 11% respectivamente, estando diretamente ligados ao movimento de expansão das universidades públicas estaduais iniciado pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São

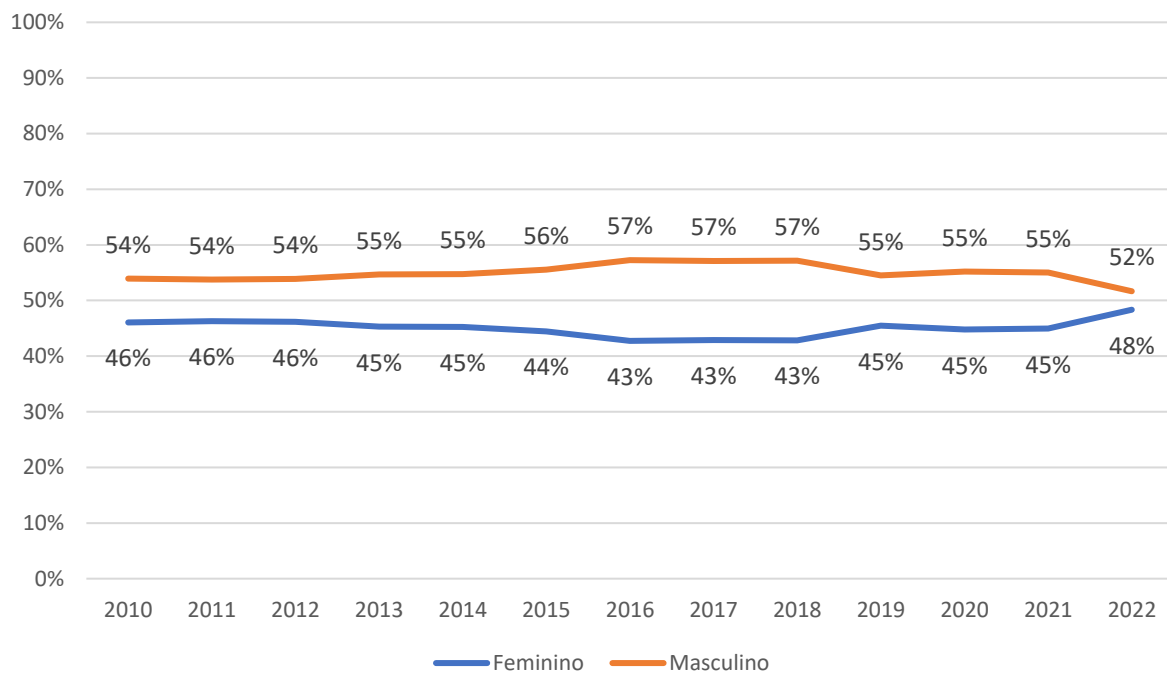
<sup>2</sup> Os dados de 1987 a 1995 foram obtidos dos Anuários Estatísticos produzidos pela universidade, sendo 1987 o primeiro ano de disponibilidade da informação. Já os dados de 2000 a 2022 referem-se aos dados fornecidos via pedido pela Lei de Acesso à Informação.

Paulo (Cruesp), em parceria com o governo do estado, direcionando um plano de expansão de vagas e unidades da USP, Unicamp e Unesp (Ferreira, 2018).

Outro ponto que podemos depreender da análise do gráfico é que, diferentemente da década de 2000, quando a variação foi bem acentuada como resultado de políticas de ampliação das vagas e unidades, a partir de 2013, o número de ingressantes se estabiliza, com variação para baixo ou para cima em torno de 3%, mantendo-se próximo a cerca de 12 mil estudantes.

No gráfico 2, apresenta-se o percentual dos ingressantes na USP segundo gênero declarado, de 2010 a 2022.

*Gráfico 2 - Distribuição dos ingressantes na USP, segundo gênero, de 2010 a 2022 (%)*

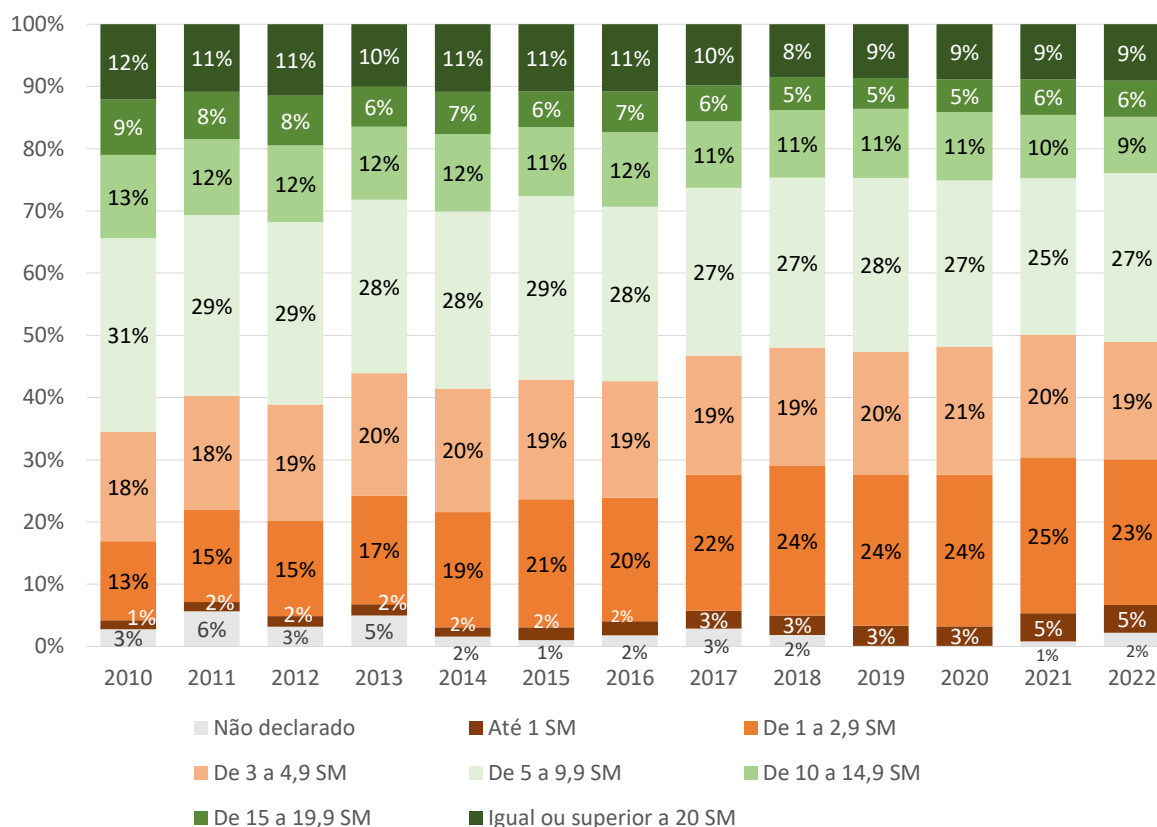


*Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação à USP*

A partir do gráfico 2, é possível notar que de 2010 a 2022 houve pouca variação na distribuição percentual dos ingressantes do gênero masculino e feminino, mantendo uma dominância dos ingressantes do gênero masculino, os quais representaram 54% em 2010, mas em 2022 indicam uma queda para 52%, sendo este o menor percentual deste período. Neste sentido, visto este movimento de transição somente de 2021 para 2022, seria preciso contar com dados de anos subsequentes para análise. No Brasil, historicamente, as mulheres têm predominado na educação superior, sendo 59% das matrículas em 2022 (Brasil, 2022), o que não acontece na USP, onde predominam os matriculados masculinos.

O gráfico 3 retrata a distribuição percentual dos ingressantes no período estudado, segundo faixas de renda familiar no momento do ingresso. Os dados dos ingressantes são representados segundo a quantidade de salários-mínimos, padrão adotado a partir de 2009, na universidade.

Gráfico 3 - Faixa de renda familiar dos ingressantes na USP, de 2010 a 2022 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação à USP

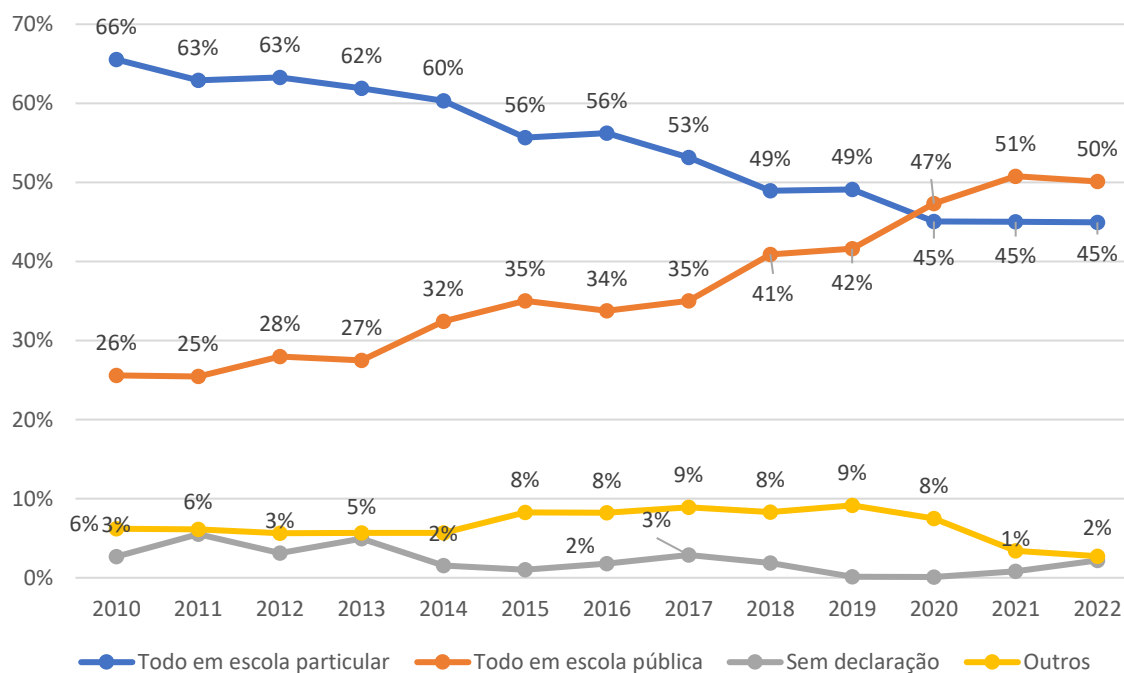
No gráfico é possível notar que, a partir de 2010, houve diminuição dos ingressantes com faixas de renda mais altas e aumento dos ingressantes com faixas de renda mais baixas. Em 2010 as duas primeiras faixas de renda familiar, de até 3 salários-mínimos, representavam 14% dos estudantes que ingressaram na USP; já em 2022 estas mesmas faixas de renda familiar compuseram 28%, ou seja, o dobro da parcela ao longo do período estudado. De outro lado, as duas últimas faixas de renda familiar, de 15 ou mais salários-mínimos, representavam 21% dos ingressantes em 2010 e, em 2022, 15%. Ou seja, houve uma maior diversificação do perfil de renda dos ingressantes na Universidade de São Paulo, com destaque para as faixas de renda menores ao longo destes anos, indicando maior acesso de ingressantes de baixa renda.

Mesmo com esta transição ao longo dos últimos anos, a distribuição das faixas de renda dos ingressantes na USP apresenta um cenário bem particular e diferente da população do estado. Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, o último disponibilizado com esta informação até a produção deste estudo, a população paulista que vivia com mais de 3 salários-mínimos era de cerca de 15%, sendo que em 2010, representavam 83% dos ingressantes na USP, diminuindo para 70% em 2022.

O gráfico 4 apresenta a distribuição dos ingressantes pela dependência administrativa da escola do ensino médio, ou seja, se estudaram em escolas públicas ou privadas<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> A categoria de outros, no gráfico, contempla os ingressantes que fizeram metade em uma dependência administrativa e metade em outra, ou que fizeram uma parte no exterior e outros casos agrupados.

Gráfico 4 - Distribuição dos ingressantes na USP segundo a dependência administrativa da escola durante o ensino médio, de 2010 a 2022 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação à USP

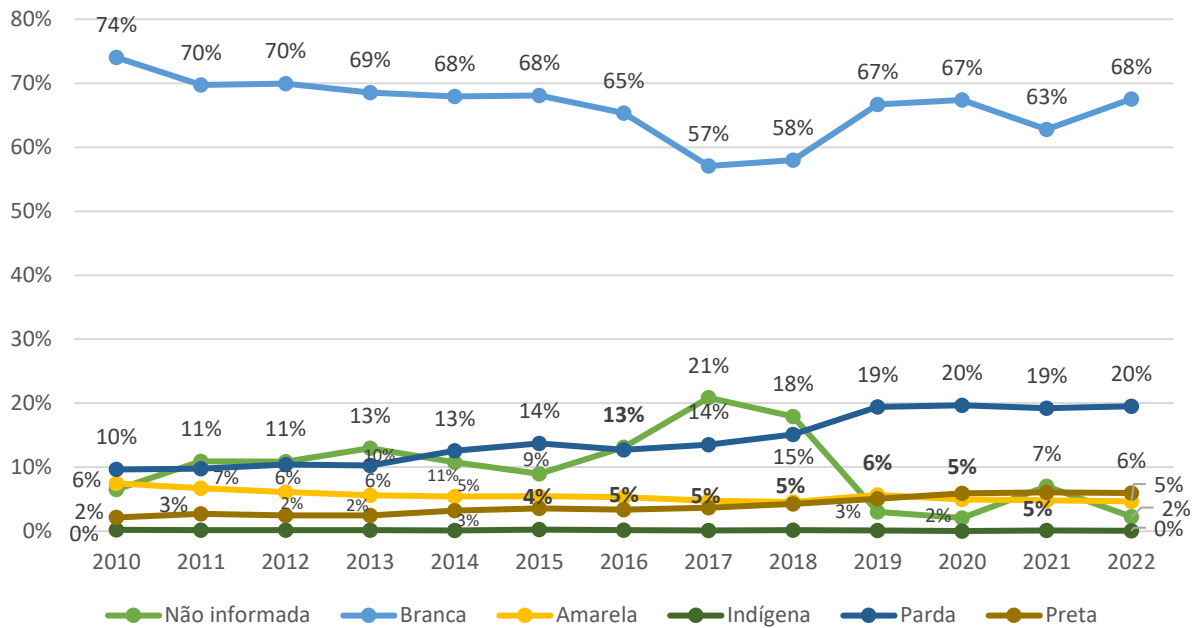
A partir do gráfico apresentado, é possível observar um grande aumento do percentual de ingressantes que fizeram o ensino médio em escola pública, os quais constituem o público-alvo da reserva de vagas estabelecida em 2017, e que chegam a quase dobrar no período estudado, saindo de 26% em 2010 para 50% dos ingressantes em 2022.

Como já foi dito, a política de reserva de vagas na USP foi implementada de forma escalonada, ou seja, deveria atingir 37% das vagas em 2018, 40% em 2019, 45% em 2020 e no ingresso de 2021 e anos subsequentes, deveria atingir os 50%, tendo os ingressantes alcançado e, em alguns anos, superado essa meta.

Além do aumento dos ingressantes que fizeram o ensino médio em escola pública, o gráfico mostra que esses estudantes, desde 2020, passam a ser a maioria dos ingressantes, chegando a 47%. Já aqueles advindos de escolas privadas, representavam 66% dos estudantes que ingressaram em 2010 e chegaram a 45% em 2020, tendo se estagnado neste percentual até 2022.

A raça/cor também compõe a política afirmativa de reserva de vagas da Universidade de São Paulo. Assim, no gráfico 5 são trabalhadas as informações dos ingressantes por declaração de raça/cor, de 2010 a 2022.

Gráfico 5 - Distribuição dos ingressantes na USP segundo declaração de raça/cor, de 2010 a 2022 (%)

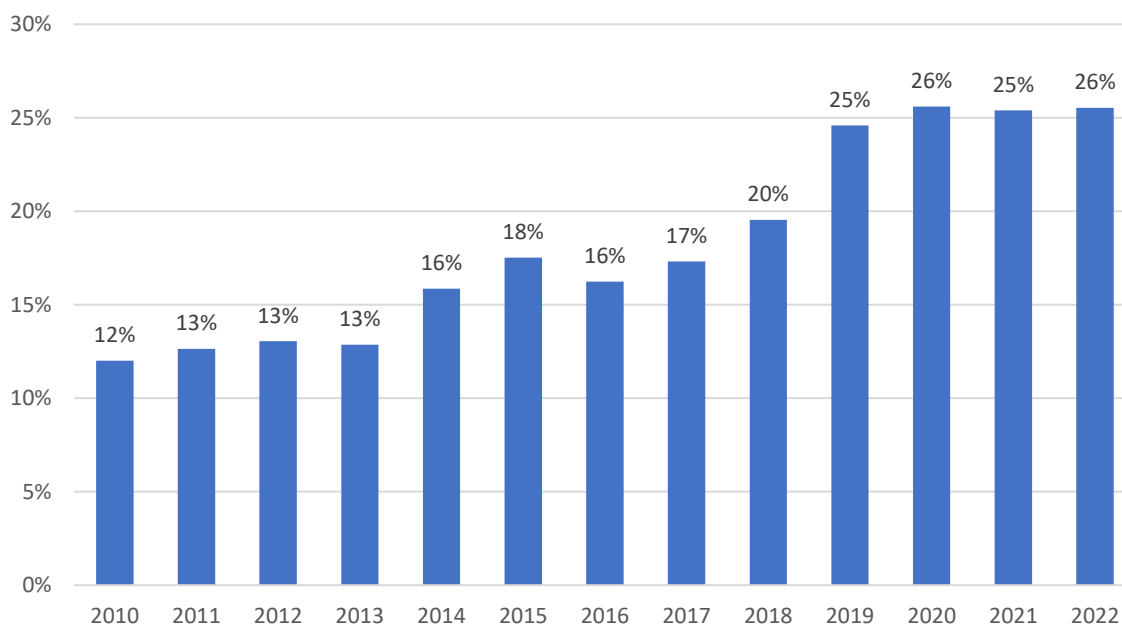


Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação à USP

Um primeiro aspecto que pode ser observado no gráfico se refere à categoria de raça/cor não informada, a qual saiu de 6% em 2010, atingiu 21% em 2017, mas caiu para 2% em 2022. Ao se aprofundar no perfil destes ingressantes com raça/cor não informada, verificou-se que 84% foram ingressantes pelo Sisu, o qual se normaliza voltando ao patamar histórico em 2019, indicando uma possível questão envolvendo o processo de ingresso via Sisu, sem declaração de raça/cor.

Já o percentual de ingressantes autodeclarados brancos vivenciou uma queda ao longo do período estudado, saindo de 74% em 2010, para representarem 68%, em 2022. De outro lado, os ingressantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) sobem com o passar dos anos, tendo os autodeclarados pretos saído de 2% em 2010 para 6% em 2022; já àqueles autodeclarados pardos dobram o percentual, saindo de 10% para 20%, o que só não ocorre com o caso dos ingressantes autodeclarados indígenas que não chegam a 1% em ambos os anos.

Para facilitar a visualização e compreender a variação da proporção dos ingressantes PPI, o gráfico 6 retrata, em uma única categoria, o percentual dos ingressantes na Universidade de São Paulo, de 2010 a 2022, autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

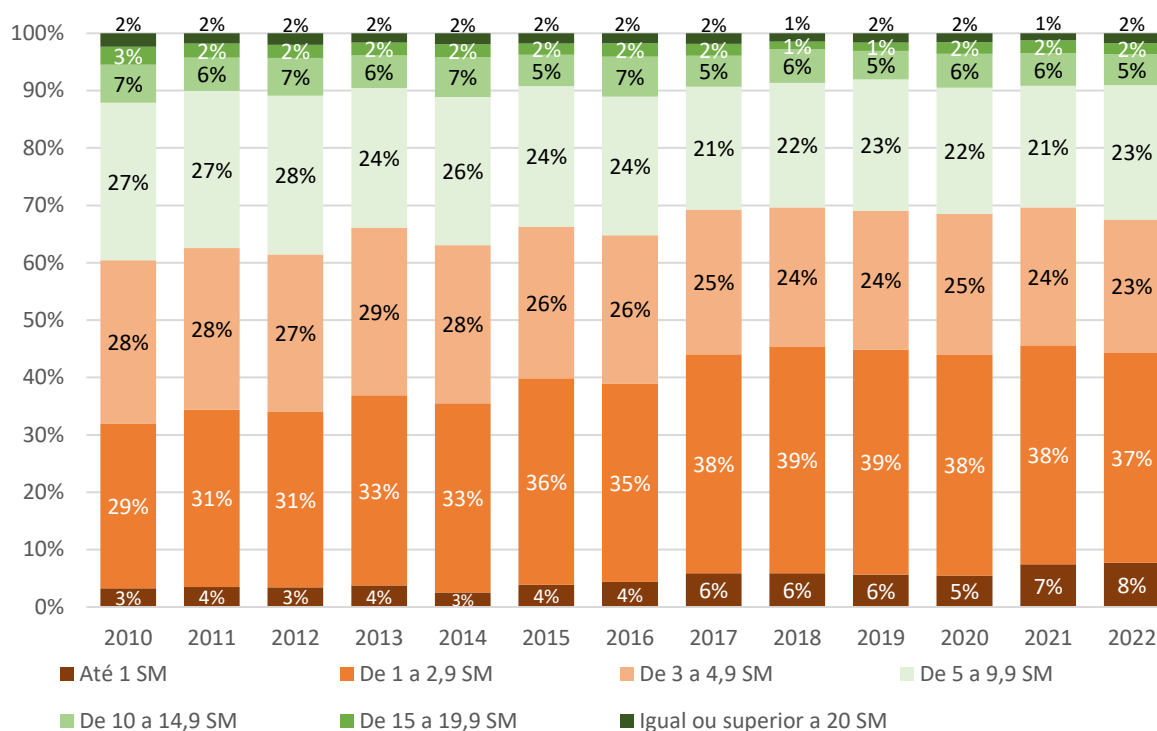
*Gráfico 6 - Ingressantes pretos, pardos e indígenas na USP, de 2010 a 2022 (%)*

*Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação à USP*

A partir do gráfico da distribuição dos ingressantes PPI na USP, verificamos que eles passaram de 12% em 2010 para 26% em 2022. Embora tenha um avanço, ainda se distancia da proporção da população PPI do estado de São Paulo, de cerca de 41%, segundo o Censo Demográfico de 2022. Cabe destacar que há um aumento em 2015, quando se inicia o processo de seleção via Sisu, e o maior acréscimo dos PPI decorre a partir de 2017, concomitantemente com o processo escalonado de reserva de vagas. Diferentemente do caso dos ingressantes com o ensino médio em escola pública, que manteve um crescimento com o escalonamento e o aumento percentual da reserva de vagas, para os ingressantes PPI o gráfico mostra continuidade, mantendo a representação de 25% do total, abaixo da proporção da população do estado verificada no Censo.

No gráfico 7 são consideradas as faixas de renda dos ingressantes na USP, de 2010 a 2022, que fizeram o ensino médio em escola pública.

Gráfico 7 - Distribuição dos ingressantes na USP com ensino médio em escola pública por faixa de renda familiar, de 2010 a 2022 (%)



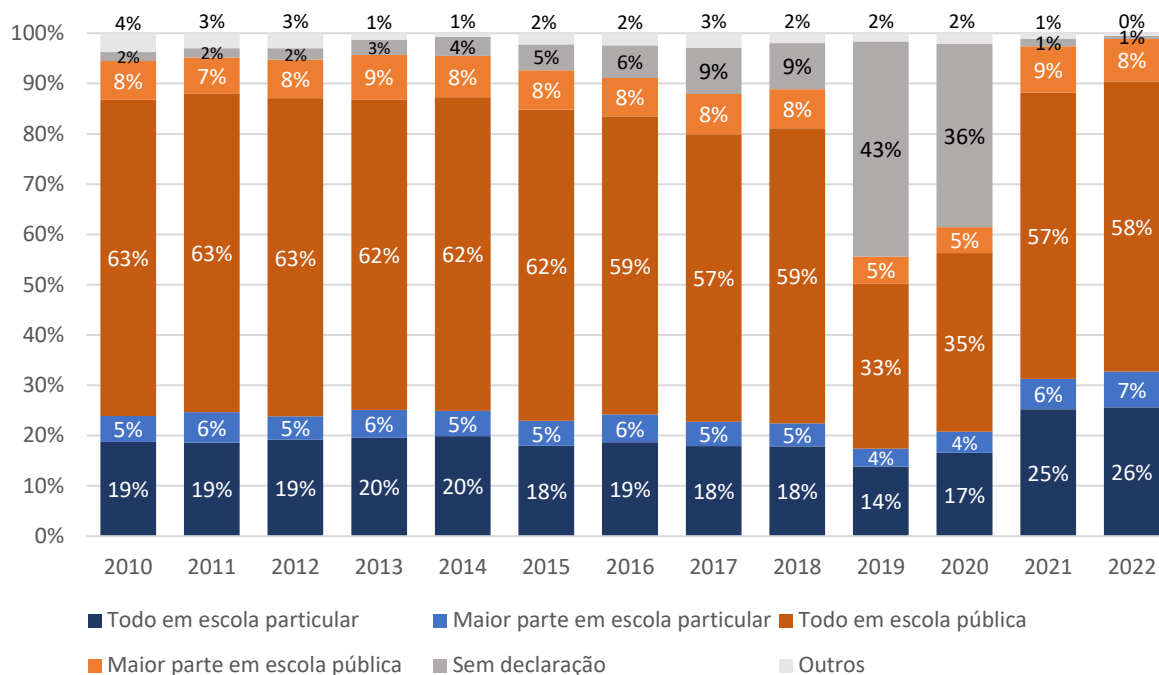
Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação à USP

No primeiro olhar a este gráfico já é possível notar predominância dos ingressantes com menor renda familiar, pelo destaque da cor laranja que indica menor faixa de renda, diferentemente do caso geral dos ingressantes na USP. Para o caso de todos os ingressantes na universidade (gráfico 3), a categoria com maior percentual na distribuição, em 2022, é a de 5 a 9,9 salários-mínimos, com 27% dos ingressantes, porém, no caso dos ingressantes com o ensino médio em escola pública a maior categoria é a dos com 1 a 2,9 salários-mínimos, em 2022, representando 37% do total. Além disso, se olharmos para as categorias dos ingressantes com até 5 salários-mínimos em 2022, nos totais dos ingressantes na USP (gráfico 3) representaram 47% dos ingressantes e nos ingressantes com ensino médio em escola pública representaram 68% do total.

Além da comparação com o total de ingressantes na instituição, ao analisarmos a série histórica de ingressantes, observa-se que houve pouca mudança nas faixas de renda dos ingressantes provenientes do ensino médio público. Nota-se um pequeno aumento na proporção de ingressantes pertencentes às faixas de renda mais baixas. Por exemplo, os ingressantes com renda familiar superior a cinco salários-mínimos caíram de 39% em 2010 para 32% em 2022. Mesmo com a diminuição, esse percentual ainda se apresenta elevado, especialmente tratando-se de ingressantes que fizeram o ensino médio em escola pública, mas é importante lembrar que algumas escolas públicas adotam processos seletivos para admissão, o que contribui para uma maior seletividade entre os alunos que nelas estudam. Ou seja, nestas escolas públicas em que ocorre um processo seletivo também há uma entrada maior de estudantes com maior renda.

A seguir, são analisados os dados da dependência administrativa da escola no ensino fundamental dos ingressantes que fizeram o ensino médio em escola pública.

Gráfico 8 - Distribuição dos ingressantes na USP com ensino médio em escola pública, segundo a dependência administrativa da escola no ensino fundamental, de 2010 a 2022 (%)



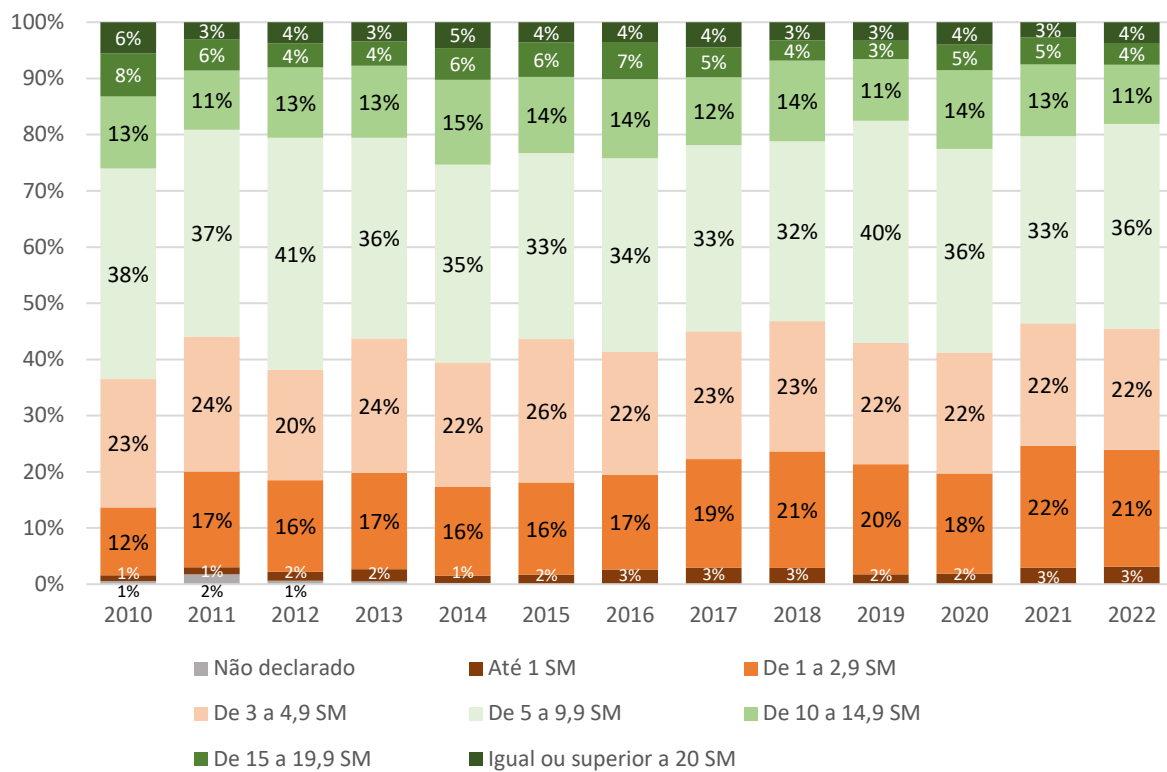
Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação à USP

O primeiro destaque ao observar o gráfico é o grande crescimento da não declaração da dependência administrativa da escola em que cursaram o ensino fundamental, dos ingressantes que estudaram em escola pública no ensino médio, em 2019 e 2020, chegando a cerca de 40%. Porém, ao investigar as características destes ingressantes de forma individualizada identificou-se que 84% deles, em 2019, e 87%, em 2020, eram ingressantes através do Sisu.

Outro aspecto verificado a partir do gráfico 8 diz respeito aos ingressantes que fizeram o ensino médio em escola pública e a maior parte do tempo do ensino fundamental em escola pública, caindo de 71% em 2010, para 66% em 2022. Ou seja, neste processo de ampliação da reserva de vagas a ingressantes com ensino médio em escola pública, houve um aumento dos ingressantes que fizeram o ensino médio em escola pública e que fizeram a maior parte do seu ensino fundamental em escolas particulares.

Já no gráfico 9 são apresentadas as faixas de renda dos ingressantes em 2022 que fizeram todo o seu ensino médio em escola pública e o seu ensino fundamental todo ou a maior parte em escola particular.

Gráfico 9 - Distribuição dos ingressantes na USP com ensino médio em escola pública e toda ou a maior parte do ensino fundamental em escolas particulares por faixa de renda familiar, de 2010 a 2022 (%)

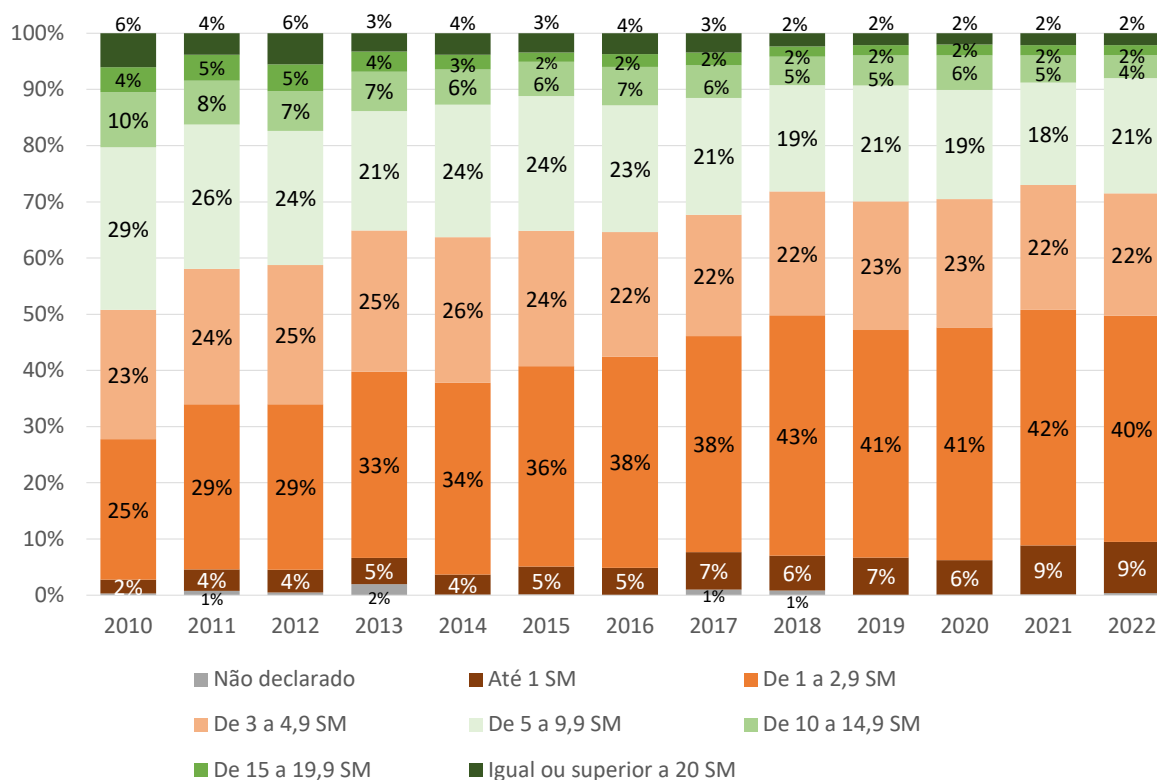


Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação à USP

Com a distribuição da faixa de renda neste gráfico 9 é possível depreender que são ingressantes com maior renda familiar do que os ingressantes que fizeram o ensino médio em escola pública, apresentada no gráfico 7. Se tivermos um olhar somente para 2022, veremos que o percentual de ingressantes nesta categoria de 5 ou mais salários-mínimos representa 55% destes estudantes. A partir destas características da escolaridade, em um exercício para compreensão segundo os dados apresentados, da entrada de 100 ingressantes na USP em 2022, 50 estudaram em escola pública no ensino médio e, destes, 17 fizeram o ensino fundamental inteiro ou a maior parte em escolas particulares, e 9 são ingressantes com renda familiar de 5 ou mais salários-mínimos. Embora estes estudantes possam atender a critérios formais da política de reserva de vagas, podem não representar a quem se destinava a política: grupos historicamente excluídos da educação superior.

No gráfico 10 mostram-se os dados dos ingressantes na USP autodeclarados pretos, pardos e indígenas segundo a faixa de renda familiar.

Gráfico 10 - Distribuição dos ingressantes PPI da USP por faixa de renda familiar, de 2010 a 2022

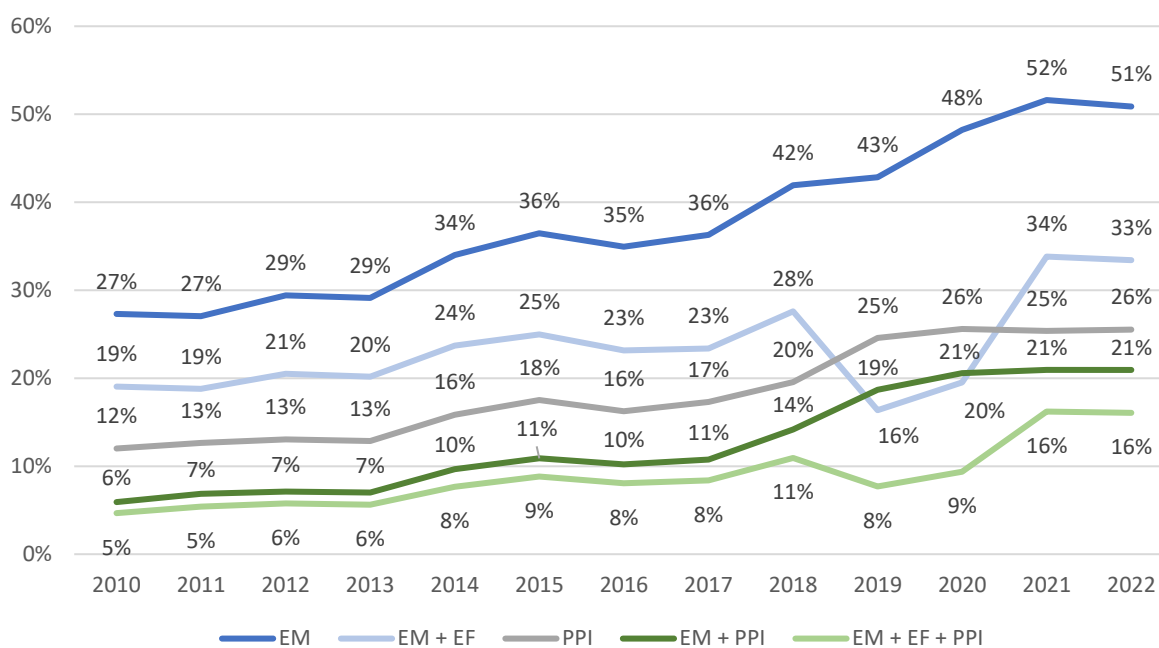


Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação à USP

Os ingressantes PPI com faixa de renda familiar de até 5 salários-mínimos, em 2010, representavam 50% do total desta categoria e, com o estabelecimento das políticas de ação afirmativa, em 2022 representaram 71%. Esta informação nos indica que houve maior entrada de ingressantes PPI com menor renda familiar ao longo deste período. Destaca-se o ano de 2018, primeiro ano da reserva de vagas na USP, que foi o primeiro ano em que os ingressantes PPI de até 3 salários-mínimos atingiram acima de 70% dos ingressantes.

A partir destas análises, no gráfico 11, de forma resumida às análises anteriores, são apresentados os percentuais de ingressantes na USP, de 2010 a 2022, segundo as categorias de escolaridade no ensino fundamental e no ensino médio em escolas públicas, e o percentual de ingressantes PPI e as características da sua escolaridade, mostrando um resumo da composição destas categorias na totalidade dos ingressantes.

Gráfico 11 - Distribuição de ingressantes na USP segundo sua categoria de escolaridade pública, de ensino médio e ensino fundamental, e dos ingressantes PPI, de 2010 a 2022 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação à USP

Pelo gráfico é possível notar uma contínua crescente dos ingressantes que fizeram o ensino médio em escola pública e PPI. No caso dos ingressantes que fizeram o ensino médio e o ensino fundamental em escolas públicas, em 2019 e 2020, tanto quando olhamos para esta categoria isolada ou incluindo a raça/cor, os percentuais apresentam quedas bruscas nestes anos. Ao investigar estes números foi possível notar um aumento da quantidade de ingressantes através do Sisu, dos quais não havia declaração de escolaridade no ensino fundamental, o que não ocorreu nos anos subsequentes, mostrando um período de adaptação ao processo, coincidente com os anos de implementação escalonada da política de reserva de vagas da universidade, sendo até 30% destinadas ao Sisu.

Fora isso, praticamente todas as categorias expressas no gráfico dobram a participação percentual dos ingressantes, com curvas ascendentes contínuas. Destaca-se aqui 2015, ano da primeira iniciativa junto ao Sisu, com o pico em todas as categorias e, a partir de 2017, com a implementação da reserva de vagas acelera-se o crescimento dos ingressantes destas categorias. Tal consideração pode nos indicar que houve uma expansão da inclusão na Universidade de São Paulo, principalmente pelo processo de reserva de vagas, possibilitando de uma forma mais acessível a entrada de ingressantes historicamente excluídos da instituição.

Trabalhada como hipótese neste estudo, a política de ação afirmativa baseada na escolaridade dos estudantes no ensino médio pode provocar distorções em relação ao objetivo original da política, que é promover a inclusão de perfis historicamente excluídos. Como mencionado anteriormente, o fato de algumas escolas públicas de ensino médio adotarem processos seletivos acaba por concentrar um perfil mais específico de estudantes — muitos dos quais já teriam chances de ingressar na universidade mesmo sem as ações afirmativas — e que veem nessas políticas uma forma de acesso facilitado. Nesse sentido, a análise das faixas de renda, contempladas por outras políticas de reserva de vagas, assim como a escolaridade dos estudantes no ensino fundamental, poderia oferecer uma perspectiva mais ampla sobre o perfil dos alunos provenientes do ensino médio público.

Se, por um lado, quando olhamos para a faixa de renda daqueles ingressantes que fizeram o ensino médio em escola pública, mas tiveram o ensino fundamental em maior parte em escolas privadas, observamos que são ingressantes com condições econômicas maiores do que o próprio padrão médio da universidade. Ao observarmos o gráfico 11 acima, vemos que, quando acrescentada a característica de escola pública no ensino fundamental, o percentual de ingressantes é menor, mas a distância entre o

percentual geral dos ingressantes com ensino médio em escola pública aumenta ao longo dos anos. Em 2010, a diferença destes dois perfis de ingressantes era de 8 pontos percentuais, mas em 2022 esta diferença foi para 18 pontos percentuais, com os ingressantes com ensino médio em escola pública representando 51% da totalidade e aqueles com ensino médio e ensino fundamental em escolas públicas 33%. Ou seja, estes ingressantes aumentam em ambas as categorias, mas há uma variação maior dentro daqueles que fizeram apenas o ensino médio em escola pública.

Como forma de complementar as considerações anteriores, a seguir são apresentados os dados quantitativos das diferentes categorias de ingressantes, referentes ao período de 2010 a 2022. Os números discriminam entre o total de ingressantes, aqueles que cursaram o ensino médio em escola pública, os que cursaram tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio em escolas públicas, além das respectivas segmentações para os ingressantes PPI.

*Tabela 1 - Quantidade de ingressantes na USP por distribuição do seu perfil de escolaridade no ensino médio e no ensino fundamental e raça/cor, de 2010 a 2022*

Ano	Ingressantes	Escola pública no ensino médio	Escola pública no ensino médio e fundamental	Pretos, pardos e indígenas	Escola pública no ensino médio e PPI	Escola pública no ensino médio e fundamental e PPI
2010	11.246	3.072	2.141	1.351	666	525
2011	11.678	3.159	2.195	1.476	800	631
2012	11.605	3.415	2.381	1.514	824	670
2013	12.004	3.495	2.422	1.543	841	676
2014	12.103	4.114	2.869	1.920	1.169	928
2015	11.765	4.291	2.937	2.062	1.281	1.038
2016	11.733	4.099	2.718	1.905	1.196	947
2017	11.819	4.290	2.765	2.047	1.269	992
2018	12.024	5.043	3.320	2.350	1.704	1.316
2019	11.847	5.074	1.939	2.912	2.215	913
2020	11.803	5.691	2.304	3.021	2.429	1.108
2021	11.702	6.040	3.958	2.971	2.451	1.897
2022	11.570	5.886	3.868	2.954	2.422	1.859
<b>Var. (2022-2010)</b>	<b>+3%</b>	<b>+92%</b>	<b>+81%</b>	<b>+119%</b>	<b>+264%</b>	<b>+254%</b>

*Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação à USP*

A tabela apresenta os dados quantitativos do crescimento dos ingressantes ao longo deste período, com destaque para a inclusão dos diferentes perfis estudantis antes excluídos historicamente da universidade. Enquanto os dados totais de ingressantes permanecem similares nesse período, com um crescimento de 3%, a categoria de ingressantes que cursaram em escola pública, no ensino médio e/ou fundamental, e pretos, pardos e indígenas praticamente dobra, com todas as variações acima de 80% de crescimento.

Um primeiro olhar, na escolaridade de ensino médio em escola pública e escolaridade de ensino médio e ensino fundamental em escola pública, podemos verificar que quando observamos as variações, os ingressantes com só o ensino médio em escola pública possuem uma variação de mais de 10 pontos percentuais em relação àqueles que também tiveram o ensino fundamental em escolas públicas, reforçando a situação apresentada na análise do gráfico anterior, na qual a distância percentual destes ingressantes na representação da totalidade aumenta, com um maior aproveitamento da política por aqueles que fizeram o ensino fundamental em escola privada e o ensino médio em escola pública.

Ao acrescentarmos a categoria de raça/cor nesta análise, veremos que todas as categorias de ingressantes tiveram um aumento acima dos 100%, ou seja, mais do que dobram a quantidade de ingressantes neste período, mesmo em um cenário de pouco crescimento na quantidade de ingressantes gerais. Os ingressantes PPI tiveram um aumento de 119%, enquanto aqueles que fizeram só o ensino médio em escola pública e fundamental e médio em escolas públicas aumentaram, respectivamente, 264% e 254%, ou seja, mais do que triplicaram o número de ingressantes em sua categoria.

Com os dados tratados e analisados até o momento, identificamos particularidades para o caso da USP. Houve demora na adoção de reserva de vagas para o acesso à universidade, tendo um baixo percentual de ingressantes PPI e que fizeram o ensino médio em escola pública em 2010. Até foram criadas ações afirmativas para proporcionar inclusão destes estudantes (Inclusp e Pasusp), mas estas iniciativas se mostraram pouco efetivas.

Já quando foi implantada a reserva de vagas e, mesmo com a implementação com percentual com elevação gradual, foi verificada maior entrada de ingressantes advindos de escolas públicas, autodeclarados pretos e pardos e com menor renda familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na USP, a partir das políticas de ação afirmativa, como o Inclusp (2006), a entrada pelo Sisu (2015) e a política de reserva de vagas (2018), a análise dos dados, públicos e não-públicos e conseguidos via pedidos de Acesso à Informação à instituição, mostra um avanço considerável no acesso à universidade, em especial após a implementação da política de reserva de vagas, destacando-se a inclusão de ingressantes com ensino médio em escola pública e de ingressantes PPI, ambos historicamente excluídos da instituição.

O Inclusp, lançado em 2006, representou um marco inicial com a bonificação nas notas de vestibular para estudantes de escolas públicas e para autodeclarados negros, pardos ou indígenas. Apesar dos avanços, os dados indicam que até 2010, o acesso desses ingressantes ainda era restrito. A análise mostrou que a introdução da política de reserva de vagas, em 2018, trouxe uma mudança substancial, com a reserva de 37% das vagas para ingressantes com ensino médio em escolas públicas, com uma progressão para 50% até 2021, e a inclusão de critérios raciais, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, o qual indicava o percentual de 35% da população preta, parda e indígena em São Paulo.

Tanto aqueles com ensino médio em escola pública, como aqueles PPI praticamente dobram seu percentual em relação ao todo, de 2010 a 2022; os primeiros saem de 26% para comporem 50%; já os ingressantes PPI eram 12% e, em 2022, foram 26%. Quanto ao olhar para a renda familiar dos ingressantes, observa-se um aumento daqueles com menor faixa de renda familiar, pois enquanto as três primeiras faixas de renda familiar, com até 3 salários-mínimos, representavam 14% dos ingressantes em 2010, no ano de 2022 subiram para 28%.

Em síntese, as políticas de ação afirmativa da USP, especialmente a reserva de vagas, resultaram em avanços significativos na diversidade dos ingressantes. Contudo, a escolha da USP de não incluir o critério de renda familiar e de escolaridade do ensino fundamental nas cotas pode reproduzir desigualdades, favorecendo grupos menos vulneráveis que atendem aos critérios formais, mas não aos sociais e econômicos. Neste sentido, por exemplo, os dados mostram que os ingressantes que cursaram o ensino médio em escola pública e todo o seu ensino fundamental ou a maior parte em escolas privadas subiram de 23% dos ingressantes em 2018 para 33% em 2022, sendo 55% desses ingressantes com uma renda familiar de 5 ou mais salários-mínimos. Portanto, esta pesquisa evidencia a necessidade de mais estudos para aprofundamento e melhor entendimento da questão da categoria administrativa como critério.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Superior de 2022*. Brasília, INEP. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Superior de 2023*. Brasília, INEP. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 3 jun. 2025.

CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da universidade de são paulo*. São Paulo: Cortez Editora, 1982. Disponível em: <https://uspcaf.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/11/a-universidade-da-comunhao-paulista.pdf>.

DAFLON, Verônica; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, v. 148, n. 43, p. 302-328, abr. 2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v43n148/v43n148a15.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2024.

FERREIRA, Flávio. *Expansão e diferenciação da universidade nos novos campi da USP, da Unicamp e da Unesp*. 2018. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12122018-144611/publico/FLAVIO\\_BATISTA\\_FERREIRA\\_rev.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12122018-144611/publico/FLAVIO_BATISTA_FERREIRA_rev.pdf). Acesso em: 19 maio 2024.

GARCIA, Sylvia Gemignani; CARLOTTO, Maria Caraméz. Tensões e contradições do conceito de organização aplicado à universidade: o caso da criação da usp-leste. Avaliação: *Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), [S.L.], v. 18, n. 3, p. 657-684, nov. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772013000300008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/WqcScL46CY9DqhT47Mb6Z5w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2024.

MAIA, Denise. Vestibular da Fuvest e Unicamp: espetáculo e narrativa na mídia web. *Dito Efeito*, Curitiba, v. 5, n. 4, p. 1-20, dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/de/article/view/2148/2009>. Acesso em: 03 jan. 2024.

MARTINS, Carlos B. O novo ensino superior privado no Brasil (1964-1980). In: MARTINS, C. B. (org.). *Ensino superior brasileiro: transformações e perspectiva*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 11-48. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1tb2S9-NagWTm-HGB6LMXCs0z7yXQ-fak/view?usp=sharing>. Acesso em: 3 jan. 2024.

MENDES, Máira. Cotas não, PIMESP sim? Discurso sobre o mérito no acesso a uma universidade paulista. In: *38ª Reunião Nacional da Anped*. 2017, São Luís. Anais [...]. Disponível em: [http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT11\\_402.pdf](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT11_402.pdf). Acesso em: 3 jan. 2024

SAMPAIO, Helena. *Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990*. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2023/10/helena-sampaio-usp-evolucao-do-ensino-superior-brasileiro-1808-1990.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2024.

SENKEVICS, Adriano. A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020. In: MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. M. (Org.). *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*. 1ed. Brasília: Inep, 2021, v. 3, p. 199-246. Disponível em <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/4892>. Acesso em: 3 jan. 2024.

USP. USP realiza mudança histórica na seleção de alunos. *Jornal da USP*, São Paulo. 2015. Disponível em: <https://jornal.usp.br/especial/usp-realiza-mudanca-historica-na-selecao-de-alunos/>. Acesso em: 3 jan. 2024.

USP. *Anuário Estatístico USP de 1987*. São Paulo. 1987. Disponível em: [https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/AnuarioUSP\\_1987.pdf](https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/AnuarioUSP_1987.pdf)

USP. *Anuário Estatístico USP de 1990*. São Paulo. 1990. Disponível em: [https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/AnuarioUSP\\_1990.pdf](https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/AnuarioUSP_1990.pdf)

USP. *Anuário Estatístico USP de 1995*. São Paulo. 1995. Disponível em: [https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/AnuarioUSP\\_1995.pdf](https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/AnuarioUSP_1995.pdf)

VENTURINI, Anna C. O Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP). *Textos Para Discussão: GEMAA*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 3-18, jun. 2015. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2018/03/TPD9.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2024.

**Submetido:** XX/XX/XXXX

**Aprovado:** XX/XX/XXXX

**Editor(a) de seção:**

## DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Por meio deste formulário os autores informam o periódico sobre a conformidade do manuscrito com as práticas de comunicação da Ciência Aberta. Os autores são solicitados a informar: (a) se o manuscrito é um preprint e, em caso positivo, sua localização; (b) se dados, códigos de programas e outros materiais subjacentes ao texto do manuscrito estão devidamente citados e referenciados; e, (c) se aceitam opções de abertura no processo de avaliação por pares.

### Preprints

Depósito do manuscrito em um servidor de preprints reconhecido pelo periódico.

O manuscrito é um preprint?	
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim - Nome do servidor de Preprints: Educação em Revista DOI do Preprint:
<input type="checkbox"/>	Não

### Disponibilidade de Dados de Pesquisa e outros Materiais

Autores são encorajados a disponibilizar todos os conteúdos (dados, códigos de programa e outros materiais) subjacentes ao texto do manuscrito anteriormente ou no momento da publicação. Exceções são permitidas em casos de questões legais e éticas. O objetivo é facilitar a avaliação do manuscrito e, se aprovado, contribuir para a preservação e reuso dos conteúdos e a reprodutibilidade das pesquisas.

Os conteúdos subjacentes ao texto do manuscrito já estão disponíveis em sua totalidade e sem restrições ou assim estarão no momento da publicação?	
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim: <input type="checkbox"/> os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito <input type="checkbox"/> os conteúdos já estão disponíveis <input checked="" type="checkbox"/> os conteúdos estarão disponíveis no momento da publicação do artigo Segue títulos e respectivas URLs, números de acesso ou DOIs dos arquivos dos conteúdos subjacentes ao texto do artigo (use uma linha para cada dado):
<input type="checkbox"/>	Não: <input type="checkbox"/> dados estão disponíveis sob demanda dos pareceristas

	<input type="checkbox"/> após a publicação os dados estarão disponíveis sob demanda aos autores – condição justificada no manuscrito <input type="checkbox"/> os dados não podem ser disponibilizados publicamente. Justifique a seguir:
--	---

### Aberturas na avaliação por pares

Os autores poderão optar por um ou mais meios de abertura do processo de *peer review* oferecidos pelo periódico.

Quando oferecida a opção, os autores concordam com a publicação dos pareceres da avaliação de aprovação do manuscrito?	
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não
Quando oferecida a opção, os autores concordam em interagir diretamente com pareceristas responsáveis pela avaliação do manuscrito?	
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

### DECLARAÇÃO DE AUTORIA CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

(especificar cada contribuição, de acordo com as normas da revista: CREDIT (Contributor Roles Taxonomy) que é mantido pelo [Consortia for Advancing Standards in Research Administration Information](#) (CASRAI) Exemplos abaixo:

Autor 1 – Coordenação do projeto, coleta e análise dos dados, escrita e revisão final.

Autor 2 – Orientação do projeto, escrita e revisão textual.

### DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

### DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da instituição responsável pela pesquisa.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.